

A pesquisa como ato político na contemporaneidade: juventude e educação

LUIS ANTONIO GROPPPO¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo debater sobre o tema do IV Congresso Internacional Salesiano de Educação e X Seminário sobre Educação Sociocomunitária, “A pesquisa como ato político na contemporaneidade”, destacando a natureza política da ciência e da pesquisa científica por conta de sua dimensão crítica. Apresenta exemplos de pesquisas recentes do autor, que são parte de um esforço coletivo de fazer uma ciência crítica e com autonomia em relação aos poderes políticos e econômicos. Entre os resultados destacam-se o potencial poder emancipador da crítica científica, desde que consiga manter relação de autonomia diante dos poderes políticos, sociais e econômicos, e também a construção de pesquisas sobre as juventudes, em que, cada vez mais, de tema de investigação, elas passaram a ser suas “autoras”, em um profícuo diálogo entre pesquisador experiente e sujeitos jovens. Palavras-chave: Ciência. Juventude. Política. Educação.

Research as a political act in contemporary times: youth and education

Abstract

This article aims to discuss the theme of the 4th Salesian Congress of Education and 10th Seminar on Socio-Communitarian Education, “Research as a Political Act in Contemporary Times”, highlighting the political nature of science and scientific research because of its critical dimension. It presents examples of the author’s recent research, which are part of a collective effort to make a science critical and autonomous from political and economic powers. Among the results, the potential emancipating power of scientific criticism stands out, provided that it can maintain a relationship of autonomy in the face of political, social and

economic powers; also, the construction of research on youths in which, increasingly, they became their “authors”, in a fruitful dialogue between experienced researcher and young subjects.

Keywords: Science. Youth. Politics. Education.

La investigación como acto político en los tiempos contemporáneos: juventud y educación

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el tema del 4º Congreso Salesiano de Educación y el 10º Seminario sobre Educación Sociocomunitaria, “La investigación como acto político en los tiempos contemporáneos”, destacando la naturaleza política de la ciencia y la investigación científica debido a su dimensión crítica. Presenta ejemplos de investigaciones recientes del autor, que forman parte de un esfuerzo colectivo para hacer que la ciencia sea crítica y autónoma ante los poderes políticos y económicos. Entre los resultados, se destaca el potencial poder emancipador de la crítica científica, siempre que pueda mantener una relación de autonomía frente a los poderes políticos, sociales y económicos; también, la construcción de investigaciones sobre jóvenes en las cuales, cada vez más, se convirtieron de como tema de investigación en sus “autores”, en un fructífero diálogo entre investigadores experimentados y sujetos jóvenes.

Palabras clave: Ciencia. Juventud. Política. Educación.

Introdução

Este artigo foi escrito a partir da conferência que ministrei, com o mesmo título, no IV Congresso Internacional Salesiano de Educação (CONISE), que ocorreu em conjunto com o X Seminário sobre Educação Sociocomunitária, no dia 28 de setembro de 2019, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), unidade de Americana. O IV CONISE teve como tema o que trago justamente como título do artigo e da conferência: “A pesquisa como ato político na contemporaneidade”. Devo, em primeiro lugar, parabenizar o UNISAL não apenas pelo evento, mas também pelo tema proposto, que, por si só, é um ato de coragem diante de tempos obscuros e ameaçadores.

Tive a honra de ser docente durante 15 anos do UNISAL, justamente em Americana, dos quais 10 anos atuei também como docente do

Programa de Pós-Graduação em Educação – Programa que foi um dos organizadores do IV CONISE. Quando estive lá, em 2006, em companhia de colegas, organizei o I Colóquio sobre Educação Sociocomunitária, que, a partir de 2009, tornou-se o Seminário Nacional sobre Educação Sociocomunitária, ainda com minha participação na comissão organizadora. É uma grande alegria participar do evento que marca o 10º Seminário.

Este artigo tem como objetivo debater sobre o tema do evento, “A pesquisa como ato político na contemporaneidade”, destacando a natureza política da ciência e da pesquisa científica por conta de sua dimensão crítica. Apresenta exemplos de minhas pesquisas recentes, que devem ter motivado o convite para a conferência, que são parte de um esforço coletivo – não apenas meu, mas de tantas outras pesquisadoras e pesquisadores – de fazer uma ciência crítica e com autonomia em relação aos poderes políticos e econômicos.

O artigo se inicia com uma homenagem e manifestação de deferência a ilustres colegas que estiveram comigo no Programa de Pós-Graduação em Educação e que nos deixaram. A seguir, trata, em várias seções, do tema de modo mais geral: pesquisa científica e crítica; potencial poder emancipador da crítica científica diante dos poderes políticos, sociais e econômicos e as pesquisas nas ciências humanas. As últimas seções se referem a duas pesquisas recentes que coordenei, que trataram da educação, juventude e política: “Juventude e práticas socioeducativas” e “A dimensão educativa das organizações juvenis”.

Homenagem e deferência

Não poderia deixar de fazer, neste artigo, o registro de minha homenagem e deferência a docentes que estiveram no Programa de Pós-Graduação em Educação, com os quais tive a alegria de conviver durante poucos ou muitos anos e que agora estão em outro plano da vida. Primeiro, a Profa. Dra. Sueli Caro, que nos deixou no início de 2019, a quem o IV CONISE fez uma justa homenagem. Essa professora dedicada buscou defender a Pedagogia Social e contribuir para a sua sistematização.

Em seguida, registro a homenagem e deferência a amigos que nos deixaram há mais tempo: Prof. Dr. José Luiz Sigríst, falecido em 2014, com quem convivi pouco tempo, mas de quem ouvi excelentes histórias de vida que também eram sobre a constituição do campo de pesquisa em

Filosofia da Educação no Brasil; Prof. Dr. Augusto Novaski, falecido em 2006, também grande contador de histórias audazes sobre seus tempos de padre e professor neófito, mas também professor ímpar no que se refere à Fenomenologia e às Epistemologias Aplicadas à Educação; Prof. Dr. Manoel Isaú Ponciano dos Santos, também falecido em 2006, o “padre doutor”, tão rigoroso e dedicado como salesiano quanto como pesquisador e docente, a quem agradeço as longas digressões sobre Dom Bosco e a história da educação.

Obrigado pela convivência, pelos diálogos e pelo tanto que me ensinaram, como pesquisadora e pesquisadores, como seres humanos!

Pesquisa científica e crítica

A ciência moderna e contemporânea compartilha algo em comum com a filosofia, a saber, o pensamento crítico. A ciência é crítica porque busca conhecer os fundamentos que explicam a realidade e também é “radical” porque busca ir “à raiz” das coisas. Nesse sentido, por si só, a ciência e a pesquisa científica são atos políticos, já que se propõem a ter uma dada postura em relação à realidade que, normalmente, não coincide com as concepções e visões de mundo estabelecidas pelos poderes sociais, políticos e econômicos dominantes. Assim, ela é, potencialmente, um contrapoder, uma contrapolítica, uma forma de resistência.

Para fazer ciência, pode ser necessário contestar o senso comum, a religião dominante e o Estado, assim como os interesses econômicos dominantes (BOURDIEU, 1988). Em relação ao senso comum, não é certo dizer que ele sempre é falso. Também, a ciência pode – e deve – alimentar o senso comum (SANTOS, 1988). Entretanto, o senso comum tende a ser superficial, a se fundamentar nas “aparências” e nas “crenças”, afora ser repleto de preconceitos e visões tradicionais sobre a vida e o humano. Um choque imediato poder ser com as evidências. Não é exatamente evidente, por exemplo, que a Terra gira em torno do Sol. Parece o contrário. O olhar desavisado também pode achar que a Terra é plana, inclusive porque muitas das orientações cotidianas para locomoção não precisam levar em conta que a Terra tem forma esférica. Mas, diante de tantas outras evidências nos dias atuais, o “terraplanismo” é um desvario.

Outro choque pode ser com as crenças. Um revival do criacionismo hoje em dia é bastante preocupante. O problema é o fundamento do

criacionismo a partir de dogmas religiosos ou de um texto considerado sagrado, ou seja, a religião define o que é a “verdade” científica. Pode haver deturpação de provas e evidências, ou olhar seletivo sobre elas, ou ainda colocar em causa provas favoráveis à teoria evolucionista. Aí se sai da seara da hipótese ou teoria científica. A ciência é feita de hipóteses e teorias a partir do conhecimento concreto sobre a realidade. Ciência é conhecimento, não é verdade acabada ou certeza absoluta (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007).

Inicialmente, defensores do criacionismo fizeram uso (equivocado) da ideia de “liberdade de debate”, mas, quando conseguem alçar posições importantes, por exemplo, na definição do currículo escolar, passam a banir o ensino da teoria evolucionista, tido como “contrária às escrituras”.

Movimento parecido veio ser feito em relação às teorias contemporâneas sobre gênero e sexualidade nas ciências humanas. Sujeitos do campo religioso e outros conservadores criaram o termo “ideologia de gênero” para atacar, no campo das ciências humanas e da educação, conceitos e teorias sobre gênero e sexualidade. Essas teorias contemporâneas sobre gênero e sexualidade, atacadas pelos conservadores e fundamentalistas, desnaturalizam a identidade de gênero e a orientação sexual, mostrando que são construções sociais e históricas e que estão imersas em jogos de poder, portanto políticos. Identidade de gênero e orientação sexual não são apenas questões biológicas ou naturais (LOURO, 2000). Fundamentalistas e conservadores negam o caráter científico dessas teorias e as chamam de “ideologia de gênero”, tratando-as como uma conspiração insidiosa contra a “família” e os “bons costumes”. Defende-se uma visão tradicional e de base religiosa de que o gênero e a orientação sexual são determinados apenas biologicamente.

Para além dos efeitos desastrosos sobre o ambiente social e educacional, negam-se importantes avanços no campo da pesquisa e discussão científica sobre o tema, que tanto ajudaram a entender a enorme complexidade e variedade das manifestações humanas não apenas em termo de gênero e orientação sexual, mas também das formas de organização da família.

Enfim, há ainda importantes conhecimentos científicos que parecem ainda mais sensíveis, como a demonstração do aquecimento global. As pesquisas científicas mais recentes, com base no paradigma da complexidade, considerando um enorme número de variáveis em inter-relação,

têm indicado que, como tudo em matéria de conhecimento científico, o aquecimento global, tendo como causa a ação humana, não é uma certeza, mas tem grande probabilidade.

Polemistas, em especial para defender interesses econômicos e políticos estabelecidos, fazem uso do reconhecimento da incerteza pela ciência da complexidade para negar que o aquecimento global tem como causa o ser humano. Dizem que, se não há certeza, do que adianta agir como se o ser humano fosse o causador do aumento global das temperaturas? Esquecem, jogam fora, outros princípios importantes das ciências da complexidade, conforme apontam Prigogine, Boaventura de Sousa Santos e Edgar Morin: a importância da prudência, o cuidado com a totalidade do planeta e das pessoas e a visão holística sobre a realidade (SANTOS, 1988, ANTONIO, 2009).

Poder-se-ia ainda tratar do preconceito com as vacinas. É um movimento diferente daquele da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, no início do século XX, vindo de camadas populares que não apenas desconheciam a eficácia das vacinas, mas também protestavam contra a forma violenta com que os agentes públicos obrigavam os populares a se vacinarem. Agora, a negação vem principalmente de camadas médias. A educação escolar e científica tem perdido da educação pelo WhatsApp.

Há nessa recente desconfiança e descaso com a ciência uma combinação entre uma guinada conservadora, reacionária e fundamentalista, representando certos setores e instituições sociais tradicionais, com dados poderes capitalistas, corporativos e do Estado. Fiquei lembrando um exemplo extremo: recentemente, o governo da África do Sul tentou ressuscitar a tese de que a AIDS não é causada por vírus, mas sim por dados hábitos ditos viciosos (como promiscuidade e uso de drogas), em uma tentativa de se livrar de gastos com políticas de saúde de prevenção e tratamento da síndrome.

Potencial poder emancipador da crítica científica

A Escola de Frankfurt e Theodor Adorno falaram que não se pode crer cegamente na ciência e na técnica, e eles estavam corretos, ainda que hoje haja um risco de “barbarização” mais pela negação da razão e da ciência do que por sua afirmação acrítica. Horkheimer e Adorno (1985), em “A dialética do esclarecimento”, trataram do fato de que a razão e a ciência, diante da capacidade de conhecer e controlar a natureza, inclusive

a natureza humana, transformavam-se em meros instrumentos de manipulação da natureza e de “coisificação” do ser humano. Nesse sentido, a ciência e a própria razão abandonavam sua vocação original, a de “esclarecimento”, a qual tivera enorme potencial de emancipar o ser humano.

Esse papel potencialmente emancipador da ciência também é forte, talvez até mais forte nas ciências humanas, incluído aí as pesquisas científicas no campo da educação. As ciências humanas podem ajudar a emancipar as pessoas ao levar o pensamento e a ação para além da superficialidade do que é evidente e do que faz parte do senso comum. Elas podem ser um conhecimento bem fundamentado da vida social e dos entraves à emancipação individual e coletiva.

Pode-se retomar a concepção de Karl Marx sobre a validação de um conhecimento, conforme ensinou Marcos Francisco Martins (2008): um conhecimento é válido, faz-se válido, quando contribui para que indivíduos e grupos se emancipem – aí o conhecimento se torna algo mais do que a contemplação, torna-se práxis.

O campo das ciências humanas corre, entretanto, outro risco grande, e que não se diferencia tanto das ciências naturais: a subsunção de temas e objetivos de pesquisa aos interesses dominantes ou hegemônicos. Estado, mercado, corporações, instituições sociais influentes, entre outros, podem exercer essa hegemonia sobre a ciência, retirando sua autonomia relativa por meio de financiamento, legislações, normas, políticas etc.

Segundo Pierre Bourdieu (1988), para fazer ciência social realmente autônoma (crítica e relevante), é preciso ser um pouco “fora da lei”, para não decair em uma pseudociência social que nada mais faz do que um senso comum mais “elegante”. Ao menos nos anos recentes, antes da guinada conservadora e anticientífica que se está vivendo agora, ainda havia alguns espaços no campo científico e no financiamento de pesquisas para essas propostas autônomas em relação aos interesses hegemônicos (BOURDIEU, 1988).

Pesquisas em educação, juventude e política

Gostaria de comentar acerca das pesquisas que coordenei nos últimos anos, as quais buscaram exercitar essa ciência crítica e autônoma em relação às crenças e aos poderes hegemônicos, mais especificamente para pensar nos temas educação, juventude e política.

Essas pesquisas contaram com o imprescindível financiamento de agências de fomento públicas, às quais somos (eu e equipes) muito gratos: Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Bolsas de Iniciação Científica pelo CNPq, Fundação de Apoio à Pesquisa em Minas Gerais (FAPEMIG) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e Bolsas de Extensão também pela UNIFAL-MG. Todas essas pesquisas, assim como outras das quais anteriormente participei, foram contempladas independentemente do partido político ou hegemonia ideológica no governo nacional ou governos estaduais, considerando-se seu valor dentro do campo acadêmico. Contudo, como já anunciado, temos razão para nos preocupar muito com as ameaças contra essa autonomia científica. Certamente, temos vividos contingenciamentos e cortes drásticos no financiamento à pesquisa e na formação de pesquisadoras e pesquisadores em 2019, o que justifica essas preocupações.

Durante essas pesquisas, que trataram da confluência entre juventude, educação e política, o contexto econômico e político, mesmo a dinâmica histórica, ao menos em nosso país, foi se alterando, primeiro lentamente, nos últimos anos, depois de modo drástico e dramático. A condição juvenil no Brasil, especialmente das camadas populares e outros grupos mais sensíveis socialmente, como mulheres, negras e negros e LGBTTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros), tem ficado ainda mais ameaçada e precarizada, assim como têm se tornado muito pessimistas as perspectivas para a educação e os sistemas escolares.

Em um primeiro momento, ainda como professor do UNISAL, busquei conhecer as políticas públicas sociais e educacionais voltadas às juventudes populares, tendo como motivação criticar os limites dessas políticas, tanto do ponto de vista de suas concepções quanto de seu alcance. Hoje, o que temos é um deserto ameaçador no horizonte dessas políticas, e, mais do que repensar o sentido daquelas políticas, é preciso lutar por sua reexistência. Enquanto isso, movimentos juvenis e estudantis me atraíram irresistivelmente, já que havia iniciado minha carreira como pesquisador tratando justamente desses jovens em ações coletivas. Primeiro, os coletivos juvenis atuantes em uma universidade pública e, depois, o impacto formativo das ocupações secundaristas de 2015 e 2016 no Brasil têm sido os temas de minhas pesquisas.

Juventude e práticas socioeducativas

Entre 2006 e início de 2016, portanto, durante quase 10 anos, tive a alegria de desenvolver pesquisas que abordaram a Educação Sociocomunitária e até 2013, como dito, fui professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do UNISAL, cuja área de concentração é justamente a Educação Sociocomunitária. Quando apresentei o terceiro projeto para bolsa ao CNPq em 2012, considerei possível e necessário vincular a essa matriz do Programa os sujeitos (tema) que têm sido decisivos em minha trajetória de pesquisa: as/os jovens.

Assim, entre março de 2013 e fevereiro de 2016, desenvolvi a pesquisa “Juventudes e Educação Sociocomunitária: os jovens das camadas populares e as relações educacionais sociocomunitárias e não formais na Região Metropolitana de Campinas”. Durante 2013 e no início de 2014, com o apoio de bolsistas de iniciação científica (IC), estudantes do UNISAL, bem como da amiga Profa. Dra. Renata Siero Fernandes, do Programa de Mestrado em Educação do UNISAL, pudemos recolher dados muito relevantes sobre o tema em alguns municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Em 2014, já como professor da UNIFAL-MG, comecei a recolher dados sobre o sul de Minas Gerais, também com o apoio de bolsistas de IC.

A pesquisa buscou compreender a formação de um campo das práticas socioeducativas no Brasil, incluindo os implementadores do Programa Projovem como “prestadores de serviços” para políticas sociais e políticas públicas de juventude no Brasil, no início do século XXI. O termo “práticas socioeducativas”, desenvolvido em pesquisa anterior, buscou traduzir o modo como as intervenções educativas não formais e socioeducativas tenderam a aparecer nos casos investigados: na figura de ações educacionais distintas das escolares, direcionadas a jovens educandas e educandos populares, com o objetivo mais ou menos explícito de atuar em questões sociais. Com inspiração em Pierre Bourdieu, fazendo uso de sua noção de campo, denominou-se o conjunto dessas práticas como campo das práticas socioeducativas (GROPPO *et al.*, 2013).

Como metodologia, a pesquisa realizou um levantamento de dados sobre essas práticas socioeducativas a partir de pesquisa bibliográfica e documental, assim como observações de casos considerados de grande relevância e entrevistas com gestoras e gestores dessas práticas e alguns

dos seus agentes educadores. Os artigos e outros trabalhos publicados ou apresentados foram reunidos no livro “Juventude e práticas socioeducativas”, no qual divido a autoria dos capítulos com Profa. Dra. Renata Siero Fernandes, pesquisadora do UNISAL, e Micaelli Silveira, Lívia Silva Macedo e Enzo Goussain, então estudantes de IC (GROPPO *et al.*, 2018).

A pesquisa analisou os limites da concepção social e formativa do campo das práticas socioeducativas com base no paradigma da “inclusão social”, uma leitura pouco crítica sobre as desigualdades sociais e suas causas. Nesse paradigma, a inclusão social

[...] se trata menos de transformar as estruturas sociais injustas e desiguais e mais de educar o indivíduo ou o grupo “excluído” (ou “em situação de risco”, ou “vulnerável”) para que ele tenha recursos ou condições (ou “capacitações”, ou “liberdades”, ou “capital social e humano”) que permitam-no ser “incluído” na sociedade vigente. Sociedade esta que é vista como dada, “natural”, pouco questionada mesmo em sua versão neoliberal contemporânea (GROPPO *et al.*, 2018, p. 70).

A pesquisa também tratou da manutenção de concepções restritas acerca da juventude, tais como a juventude como perigo e o protagonismo juvenil, além de analisar os resultados limitados das políticas públicas de juventude e do campo das práticas socioeducativas.

Hoje, o olhar do pesquisador pode ser até mais condescendente com o reconhecimento de abertura dos governos federais anteriores para as políticas públicas de juventude, promovendo alguns avanços relevantes em relação aos problemas sociais que afetam as juventudes, ainda que meu olhar continue crítico em relação aos resultados limitados, já que tinha no horizonte políticas mais audaciosas. Mas, quando a pesquisa terminou, no início de 2016, ainda não estava clara a hecatombe que viria depois, a ponto de hoje nos sentirmos saudosos daquele tempo.

A dimensão educativa das organizações juvenis

As Jornadas de 2013, inicialmente caracterizadas como ações coletivas contra o aumento de tarifas do transporte público e pautadas, de modo progressista, pela defesa do direito “à cidade”, protagonizadas pelo Mo-

vimento Passe Livre (MPL), podem ser consideradas como uma inflexão dos tempos, ao menos o seu anúncio. Certamente, marcou-me enquanto pesquisador e reacendeu o meu interesse pelo tema de estudos de minha tese de doutorado, os movimentos estudantis e os movimento juvenis.

Ao chegar à UNIFAL-MG, no final de 2013, encontrei uma forte vida coletiva e associativa juvenil na universidade. Lá já havíamos constituído, na forma de um projeto de extensão, o Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG. Assim, formulei com o Grupo um novo projeto de pesquisa chamado “A dimensão educativa das organizações juvenis: estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do sul de Minas Gerais”. A pesquisa se desenvolveu entre março de 2016 e fevereiro de 2019.

Durante essa pesquisa, o Grupo de Estudos sobre a Juventude acolheu estudantes de graduação de diversos cursos, em especial de Ciências Sociais, assim como mestrands e mestrandos em Educação e até mesmo estudantes do ensino médio. Escrevemos juntos artigos e trabalhos, publicados e apresentados ou em fase de publicação: Ana Rosa Garcia de Oliveira, Fabiana Mara de Oliveira, Giovana Generoso Ramos, Guilherme Abrão da Silva, Isabella Batista Silveira, Júnior Roberto Faria Trevisan, Lívia Furtado, Mayara Hellen Lemes Rossato, Mayra Cristina da Silva Costa Borges e Mariana Pereira Ramos. A lista de outras pessoas que passaram pelo grupo é muito grande, mas todas elas foram importantes para essa pesquisa, especialmente pela discussão coletiva dos dados da pesquisa e das análises, afora a organização de eventos como o Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, em novembro de 2017.

Fundamental foi a acolhida de quase todos os coletivos contatados, seis deles se tornando os sujeitos e interlocutores da pesquisa: Juntos!, Levante Popular da Juventude, Quilombo, Emancipa, Maracatu de Baque Virado e Aliança Bíblica Universitária.

Essa pesquisa teve como tema os processos educativos não formais e a formação política promovida pelos coletivos juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais. O objetivo da pesquisa era compreender e interpretar como se organizam e ocorrem os processos de formação social e política de jovens estudantes que, nessa universidade, participam de organizações ou coletivos juvenis.

Prevvia-se pelo projeto de pesquisa a observação de ações coletivas, caso ocorressem. E, realmente, uma importante ação coletiva, que pertenc

ce a um movimento que cobriu parte importante do país, desenvolveu-se na universidade: a sua ocupação durante quase dois meses, entre outubro e dezembro de 2016. Essa ação coletiva, gerada pelas ocupações secundaristas e nelas inspirada, iria nos mover em breve para uma nova pesquisa, conforme explicarei adiante.

Metodologicamente, foi realizada, primeiro, uma revisão bibliográfica, tratando de formação política, socialização política, subjetivação política e organizações juvenis. Foram levantados dados sobre os coletivos juvenis que atuavam na universidade sul-mineira e foram realizadas 23 entrevistas de caráter semiestruturado com jovens desses coletivos, além de mais oito estudantes que participaram da ocupação da universidade. Foi feita também a observação de atividades formativas promovidas pelos coletivos, assim como de eventos em âmbito nacional, como o Encontro Nacional de Negras e Negros (em 2016) e o Congresso da União Nacional dos Estudantes (em 2017). A fundamentação metodológica adotada, que, acredito, foi contemplada, propunha uma pesquisa largamente qualitativa e calcada na capacidade criativa e autoformativa de jovens estudantes, com base na noção de educação não formal e no conceito de subjetivação política. Herdávamos várias concepções acerca do jovem como sujeito social (DAYRELL, 2003), afora nossas próprias práticas extensionistas e investigativas. Contudo, o encontro com a noção de subjetivação política, formulada por Jacques Rancière, foi decisiva.

O processo de subjetivação política, ou seja, a criação de sujeitos políticos – quase sempre precários e temporários –, ocorre por meio do abalo promovido pela ação política protagonizada por essas mesmas pessoas que estão buscando sua expressão como sujeitos políticos no espaço “público”. Em geral, esses novos sujeitos políticos, nesse processo de subjetivação, constituem-se como um deslocamento de identidades ou identificações pre-existentes, ao mesmo tempo que promovem processos de desidentificação ou de desclassificação. Conforme Rancière (2014, p. 73-74), a subjetivação política “é uma demonstração” que “supõe sempre um outro ao qual se dirige, mesmo se este outro recusa a consequência” e que constitui um “lugar comum” que não é lugar de consenso, mas sim de dissenso.

Três dos coletivos pesquisados dedicavam-se à chamada “política estudantil” – Juntos!, Levante e Quilombo, os quais, com ligações com partidos da esquerda do espectro político, foram observados durante um ciclo de ascensão, auge e decadência. Contudo, durante todo o processo,

seja entre uma dezena de militantes e simpatizantes, seja entre centenas de estudantes mobilizados em manifestações pelas ruas, foram muito importantes os processos de autoformação e coformação propiciada por esses coletivos juvenis (GROPPO *et al.*, 2019).

Outro coletivo pesquisado, Movimento Social de Cursinhos Populares, um núcleo da Rede Emancipa, carregava de forma explícita essa intenção formativa. Durante a pesquisa, esse coletivo também viveu seu auge, mas logo viu suas atividades esvaziadas e, ao menos por ora, encerradas. Mas registramos também como esse coletivo autogerido por estudantes da universidade foi importante não apenas para preparar alguns adolescentes do ensino médio público para os exames de acesso à educação superior, mas, talvez principalmente, para a própria formação como docentes desses jovens da universidade. Os impactos formativos também apareceram, de modo decisivo, ainda que de formas diferenciadas, no coletivo cultural reunido em torno da prática do Maracatu, assim como no grupo evangélico (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, GROppo; BORGES, 2018).

Essa pesquisa foi importante para compreender a complexa articulação entre a dimensão da política e a dimensão educacional, em especial a partir dos sujeitos tradicionalmente vistos como “passivos” ou “sem luz” no campo educacional: as/os estudantes. Por outro lado, com a contribuição decisiva de Jacques Rancière, observamos, por outro ângulo, como a dimensão política não se restringe ao “estatal” ou às “instituições políticas” ou mesmo ao governo representativo. É, sobretudo, a política, a ação promotora do dissenso do mundo sensível dado, ação que contesta as divisões e separações dadas, quando pessoas, até então tidas como incapazes de agir politicamente, erigem-se como sujeitos políticos por meio da pressuposição da igualdade entre todos os seres falantes (RANCIÈRE, 1996).

Essas discussões acerca de pessoas tidas como “não sujeitos” – tanto do processo educativo quanto da ação política –, que se tornam sujeitos de sua própria formação, assim como sujeitos políticos, têm sido centrais na pesquisa que atualmente estou coordenando, “As ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos”. Sobre essa pesquisa, iniciada em março de 2019, espero em breve poder escrever mais e melhor, analisando os resultados de entrevistas e coleta de dados que têm se mostrado surpreendentes, no que se refere ao profundo sentido de ocupar uma escola em defesa da educação pública de qualidade.

Considerações finais

A transformação da conferência em artigo foi um interessante trabalho de tradução, mais do que de transcrição. Meios diferentes de comunicação das pesquisas exigem formas diversas de tratamento das informações e das ideias. Ainda assim, o esforço foi o de conservar o que me pareceu mais importante da conferência, que também foi tema do IV CONISE e do X Seminário sobre Educação Sociocomunitária: “A pesquisa como ato político na contemporaneidade”. Também mantive no corpo do texto a homenagem e a deferência à amiga e aos amigos que partiram, ainda que seja algo nada comum no formato artigo.

De todo modo, ao longo do texto, procurei apresentar a ciência e a pesquisa científica como tendo natureza política, graças à sua dimensão crítica, portanto potencialmente desveladora de ilusões, enganos e opressões. Em suas últimas partes, trago duas pesquisas que coordenei e que exemplificam, no campo da pesquisa em educação, na conjunção entre educação não formal, juventude e política, os esforços que nossas equipes de pesquisa tiveram nesse sentido.

Como última consideração, gostaria de refletir sobre um aspecto muito importante da trajetória dessas pesquisas que coordenei, aspecto que talvez seja coroado por nossa atual pesquisa sobre as ocupações secundaristas. Parece que elas caminharam no seguinte sentido: da juventude como “tema” à juventude como “autora”. Não acredito que eu mesmo tenha mérito significativo nisso. Lembro-me do dia em que fui interpelado por um estudante da UNIFAL-MG, que me perguntou: “quando você vai formar um grupo de pesquisa sobre juventude?”. Foi o dia em que, para além de tentar ser autor de novas pesquisas, comecei a me descobrir como coautor de sistematizações sobre o autoconhecimento das juventudes, estas as verdadeiras autoras.

Recebido em: 14/11/2019

Aprovado em: 20/12/2019

Notas

1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), unidade Alfenas. E-mail: luis.gropo@gmail.com.

Referências

ANTONIO, Severino. **Uma nova escuta poética da educação e do conhecimento**: diálogos com Prigogine, Morin e outras vozes. São Paulo: Paulus, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1988.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**. Metodologia da pesquisa na sociologia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DAYRELL, Juares. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GROPPO, Luís Antonio; BORGES, Livia Furtado. Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 173-196, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rs/v38n3/0100-8587-rs-38-3-00173.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GROPPO, Luís Antonio; OLIVEIRA, Ana Rosa; OLIVEIRA, Fabiana Mara de. Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1-24, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240031.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* **Sociologia da Educação Sociocomunitária**: Ensaio sobre o campo das práticas socioeducativas e a educação não formal. Holambra: Setembro, 2013.

GROPPO, Luis Antonio *et al.* **Juventude e práticas socioeducativas**. Alfenas/MG: Universidade Federal de Alfenas, 2018. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/system/files/imce/Ebooks/Juventude%20e%20pr%C3%A1ticas%20socioeducativas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1027-1048, 2019. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13428>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento**. Campinas: Autores Associados, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.